

 <p>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</p>	 <p>Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais</p>	<p>Licença Ambiental Simplificada</p> <p>Nº 008475</p> <p>Validade 01/02/2027</p> <p>Protocolo 209094258</p>
---	---	---

O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 209094258, expede a presente Licença Ambiental Simplificada à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física			
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA			
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física	
76995455000156		ISENTO	
Endereço			
PRAÇA ANGELO MEZZOMO			
Bairro	Município	UF	Cep
CENTRO	Coronel Vivida	PR	85550000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento	
Marginal Rodovia BR 373 e Rodovia BR -158	
Tipo de empreendimento/atividade	
Marginal Rodovia BR 373 e Rodovia BR -158	
Endereço	Bairro
BR 373 e BR 158	Rodovia
Município	Cep
Coronel Vivida	85550000
Corpo Hídrico do Entorno	Bacia Hidrográfica
*****	*****
Destino do Esgoto Sanitário	Destino do Efluente Final
*****	*****

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

Este Licenciamento Ambiental conforme proposta técnica apresentada pela Municipalidade entende-se que será desenvolvido integralmente sobre área de domínio público dos órgãos gestores da rodovia, em nada consta a intervenção em imóveis de propriedade privada, situação que eventualmente possa ensejar indenização ou desapropriação de imóvel/eis.

- Atender rigorosamente os planos e projetos de engenharia apresentados pelo requerente, componentes do processo administrativo e caso haja mudanças, comunicar previamente este instituto.
- Ao executar a obra, desenvolver trabalhos de forma a minimizar o impacto ambiental e incomodo a vizinhança, e ater ao cumprimento das normas relacionadas à saúde ambiental dos trabalhadores.
- Atender ao princípio da minimização da geração de resíduos, através da adoção de processos de baixa geração de resíduos sólidos, bem como de sua reutilização e/ou reciclagem, dando-se prioridade à reutilização e/ou reciclagem a despeito de outras formas de tratamento e destinação final, exceto nos casos em que não exista tecnologia viável.
- Manter a coleta, transporte e a disposição final adequada (em locais licenciados) dos resíduos sólidos gerados durante a implantação (resíduos da construção civil e do canteiro de obras, inclusive os efluentes sanitários). Os resíduos recicláveis devem ser separados e conduzidos para locais adequados conforme sua classificação. Nenhum residual de emulsão asfáltica, combustíveis de limpeza, materiais inertes ou contaminados, resultantes da limpeza ou descarga s de equipamentos ao fim de cada atividade, ou no decorrer desta, poderá ser lançado ou deixado ao longo do trecho de trabalho, no acostamento, canaletas, ou qualquer outro local que possa causar contaminação de corpo hídrico, solo ou vegetação.
- O armazenamento temporário de resíduos perigosos deverá ser praticado em áreas cobertas, ventiladas e sobre piso



Secretaria de Desenvolvimento
Sustentável e Turismo



Instituto Água e Terra
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença Ambiental Simplificada

Nº 008475

Validade 01/02/2027

Protocolo 209094258

impermeável, que impeçam a lixiviação de resíduos e percolação de substâncias no solo e/ou água, conforme recomenda a norma ABNT NBR 12.235/1992.

6. É proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material.

7. As emissões atmosféricas geradas pela atividade deverão atender aos padrões estipulados pela Resolução SEMA nº 016/2014.

8. Essa licença não autoriza supressão de vegetação de qualquer natureza. Em caso de necessidade de supressão de vegetação, é necessário apresentar Autorização Florestal.

9. Esta Autorização Ambiental não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros alvarás e certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeito, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

10. A concessão desta Licença não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme o Decreto Estadual nº 857/79, Artigo 7º, parágrafo 2º.

11. O não cumprimento da legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seu representante às sanções previstas na Lei 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 3.179/99.

12. A presente autorização ambiental poderá ser suspensa ou cancelada se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou autorização; superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam as seguintes condições:

a) pH entre 5 a 9;

b) temperatura: inferior a 40° C, sendo que a elevação da temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3° C;

c) materiais sedimentáveis: até 1 ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;

d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;

e) óleos e graxas

-- óleos minerais até 20 mg/l

-- óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/l;

f) ausência de materiais flutuantes;

Local e data

Pato Branco, 01 de fevereiro de 2024

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP